



## **Nota à Comunicação Social**

### **GOVERNO IMPÕE REPOSIÇÃO DE SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS A MAIS DE TREZENTOS TRABALHADORES DO IMT,IP.**

O Presidente do Conselho Directivo do IMT,IP confirmou em reunião com a nossa Federação realizada no dia 13 p.p., que foi instado, por despacho da Ministra das Finanças, a notificar mais de trezentos trabalhadores do Instituto, para que reponham os suplementos recebidos, em muitos casos desde 2007 porque, segundo uma auditoria da Inspecção Geral das Finanças (IGF), teriam sido pagos sem suporte legal para o efeito.

Nesta situação estão, nomeadamente, actuais e ex-trabalhadores do IMT,IP, provenientes da ex-Direcção -Geral de Viação, com funções de inspecção e fiscalização e outros trabalhadores que, por força da então lei orgânica (DL 484/99) tinham direito a um suplemento sobre o salário. Aliás, eram as funções exercidas que determinavam o direito ao pagamento do suplemento. E essas funções não deixaram de ser exercidas com a passagem para o IMTT, agora IMT,IP.

Entretanto, há um outro conjunto de trabalhadores, nomeadamente, com funções de chefia, a quem o Conselho Directivo do IMT, ao abrigo do regulamento salarial, entretanto aprovado para aquele Instituto, passou a pagar um suplemento salarial.

De acordo com a Auditoria da IGF, este pagamento foi indevido pelo facto de não ter havido outorga do regulamento pelo Ministro da tutela.

Independentemente das alegações de ordem jurídica que possam ser levantadas a favor ou contra o pagamento dos suplementos em causa, há um aspecto a evidenciar em todo este processo. Este governo age como uma autêntica piranha contra os trabalhadores da Administração Pública, tirando-lhes, sem dó nem piedade, tudo o que podem do rendimento do seu trabalho.

Sem qualquer consideração pelos actuais sacrifícios impostos em resultado do aumento do IRS e dos descontos para a CGA e ADSE, dos cortes salariais e do congelamento das promoções e das progressões, é agora imposta a este conjunto de trabalhadores, a devolução dos suplementos, através do seu desconto nos respectivos salários.

Para além de, na nossa opinião, não haver fundamentação legal para, por exemplo, no caso dos trabalhadores provenientes da ex-DGV, lhes ser retirado o suplemento, já que o mesmo resultou da sua definição na respectiva lei orgânica, é preciso salientar que, com a transferência das competências daquele organismo para o IMTT,IP, as funções relativas aos exames, à inspecção e à fiscalização continuaram a ser exercidas pelos mesmos trabalhadores.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) que, logo em 2007, contestou a supressão do suplemento aos trabalhadores que transitaram da ex-DGV para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, deu conta ao Presidente do IMT,IP, que irá levar por diante todas as diligências possíveis para que os trabalhadores agora afectados, não venham a repor as verbas pedidas.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2014

**O Gabinete de Informação**

**Contactar – Luís Pesca - 967864150**

**[www.fnsfp.pt](http://www.fnsfp.pt)**